

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Rio Branco/AC

Data: 08/10/2025

Local da realização da atividade: Palácio da Justiça (Rua Benjamin Constant, 277, Centro - Rio Branco/AC)

Relator (es): Sarah Rodrigues e Gabriel Miranda

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada	
Desafios	Oportunidades
Comunicação como hiato e compreensão do patrimônio como evidência cultural.	Comunicações públicas com alcance maior do público, compreendendo melhor como os territórios funcionam.
Sensibilização sobre o que é patrimônio e como ele se configura no território.	Mapeamento, busca ativa e estabelecimento de uma comunicação mais presente junto à comunidade envolvida.
A divulgação não chega. Não há uma busca ativa sobre o que e quais são os patrimônios (exemplo das Reservas, das terras indígenas, pouco conhecimento sobre o que realmente existe). Não há um mapa de quem são os fazedores/detentores e quais são os bens culturais produzidos.	Letramento sobre patrimônio cultural para gestores públicos e agentes políticos.
Letramento para diálogo e articulação política, como vereadores e prefeitos, a fim de convencê-los sobre a importância do patrimônio cultural (exemplo dos fazendeiros e grandes proprietários de terras com sítio arqueológico na área).	Necessidade de criar conselhos paritários para facilitação do diálogo (agentes públicos e sociedade civil).
Necessidade de qualificação dos gestores públicos considerando a alta rotatividade dos atores no cenário político. As pessoas que assumem os cargos muitas vezes não têm a formação adequada para atuação específica.	Realização de parcerias entre Iphan e entidades do Sistema S para viabilização de ações junto ao patrimônio cultural.

Compreensão das estruturas organizacionais das prefeituras para melhoria do diálogo (cada municipalidade configura diferentemente as áreas de atuação junto à cultura, por exemplo).	
	Institucionalizar o registro de bens imateriais nas diferentes esferas por meio de Conselhos (estaduais e municipais).
Fator amazônico como definidor das dinâmicas junto ao território (dificuldade de acesso, por exemplo) para viabilizar as ações (em termos de acesso a recursos humanos e financeiros).	
	Fortalecimento das pesquisas sobre os bens culturais e difusão do conhecimento.
Dificuldade de convencer os gestores para continuidade das políticas culturais e patrimoniais.	Diálogo permanente entre a sociedade civil e as políticas governamentais para cooperação e atuação conjunta nas ações voltadas para promoção da gestão compartilhada.
Há um desconhecimento geral sobre o que é o patrimônio imaterial brasileiro (exemplo do choro) por falta de letramento sobre a temática, o que dificulta o acesso a captação de recursos (a exemplo da Lei Rouanet e sensibilização do empresariado).	Reunião/audiência pública com agentes políticos (deputados, vereadores, prefeitos, secretários) para capacitação e sensibilização a fim de aparar arestas sobre conceituação política e jurídica no âmbito do patrimônio cultural.
Registros de bens imateriais como patrimônio cultural por meio de Decreto, o que não necessariamente condiciona a uma proteção do bem (como criação de um instrumento de orientação com ações de salvaguarda). Discricionariedade/arbitrariedade dos governantes na tomada de decisão sobre o que é ou não patrimônio cultural.	
	Aproveitar espaços que já existem para fortalecer as políticas de patrimônio cultural (a exemplo do Fórum Estadual de Cultura, reativação da Rede Acreana de Cultura),

	compreendendo que ela se dará principalmente nos municípios. Fortalecimento da rede de instituições e atores envolvidos com a discussão e implementação das políticas.
Institucionalização dos conselhos de patrimônio cultural para reflexão e decisão sobre as políticas patrimoniais com participação social.	Iphan e Conselhos podem provocar o Sebrae para instituir ações e a política de patrimônio junto aos gestores (capacitação, revisão/elaboração de legislação).
Disputa de narrativas sobre o que é (e como se dá) o patrimônio cultural. Não é dado valor à história e ao patrimônio local (fragilidade no entendimento).	
	Criação de um calendário conjunto com agendas compartilhadas a fim de difundir e divulgar melhor as ações e as políticas, promovendo diálogos para fortalecimento das políticas patrimoniais como estruturantes. Promoção de uma política de patrimônio nos eventos a fim de promover um imaginário cultural/social mais sensível à temática (educação patrimonial).
Distanciamento do Sistema S do patrimônio histórico, que fica de escanteio nas políticas e eventos, considerando o foco das instituições no empreendedorismo.	
	Qualificação de detentores para trabalharem junto ao patrimônio (pesquisa) que os pertencem.
Falta de inclusão e representatividade de patrimônio indígena, quilombola, extrativista nos espaços de discussão (patrimônio arqueológico e a não escuta de indígenas para reinterpretação do patrimônio, por exemplo).	Reconhecimento o patrimônio e a propriedade intelectual dos conhecimentos indígenas e demais povos e populações tradicionais (Unesco e Convenção OIT 169).

Falta de conhecimento, desde a base (escolas), sobre o que é patrimônio cultural brasileiro e sua importância.	
	Iphan deve observar as particularidades de cada povo no processo de registro e de denominação dos bens culturais registrados. Antes de ser do Brasil, ele pertence aos povos propriamente.
Apagamento de gestão (poucos servidores, falta de gestão documental, divulgação dos dados produzidos incipiente).	
	Trabalho em rede e gestão compartilhada: rede da museologia como parte da rede de patrimônio cultural. Aproximar as instituições que trabalham com ações na temática paralelamente, mas seguem ainda sem diálogo.
Ações pensadas com foco na capital, sem muita inserção nos municípios e territórios (limitação da diversidade e inclusão nos processos de diálogo, construção e execução das políticas).	
	Otimização dos dados já coletados e existentes acerca dos patrimônios culturais do Acre (ver Plano Estadual de Cultura) para intensificar e ampliar o diálogo entre os atores.
Falta de representatividade dos diferentes povos nos processos decisórios das políticas patrimoniais. Cada secretaria faz seu planejamento anual, mas sem incluir as políticas e ações voltadas para povos indígenas.	
	Conhecimento sobre o patrimônio de fronteira e difusão de bens culturais com essa especificidade (Santa Raimunda do Bom Sucesso - Assis Brasil/AC, Peru e Bolívia).

Apagamento das práticas culturais e oralidade vinculada às línguas maternas (diferentes contatos interculturais, falecimento de anciões, dificuldade de transmissão de saberes intergeracionais).	
	Inventariar e mapear os bens culturais e tradições e criar políticas estaduais específicas para promoção de ações e sustentabilidade dessas práticas culturais (exemplo do Tocantins).
	Que o Iphan, junto às secretarias de educação, crie condições para sensibilização, desde a base, sobre o que é patrimônio cultural brasileiro (educação patrimonial continuada). Articulação junto ao MEC (Plano Nacional de Educação) e MinC (Plano Nacional de Cultura) para a entrada de mestres do saber nas escolas.
	Campanhas para difusão, massificação e publicização dos patrimônios culturais. É preciso torná-los conhecidos.
	Criação de plataformas para organização dos dados produzidos e ampliação do acesso ao conhecimento sobre os patrimônios culturais.
	Articulação entre governo do estado e dos municípios, em diálogo com outras instituições (Sebrae), para fortalecimento de ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural.
	Criação da Lei de Patrimônio Histórico no estado e efetivação do Fundo de Patrimônio.
	Mecanismos para efetivação e ampliação da representatividade e participação de povos indígenas nos espaços de discussão e de tomada de decisão (cadeiras nos Conselhos).

Ferramentas de gerenciamento e georreferenciamento para base cartográfica de bens materiais e imateriais, visando também que isso seja implementado de forma integrada nas diferentes esferas.	
Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização	
Desafios	Oportunidades
Inserção dos quilombolas em uma política afirmativa, mesmo que no Acre o IBGE ainda não tenha registrado terra quilombola.	Vincular o direito ao bem viver ao território. Necessidade de conectar os conhecimentos dos povos tradicionais com as periferias urbanas.
	Discussão de conceitos sociopolíticos (decolonialidade, por exemplo) e a inserção de novas epistemologias.
Questões relacionadas à utilização da marca e apropriação cultural, para além do direito autoral.	Mecanismos para a produção artística dos povos, com indicações interpretativas em relação a essas artes.
Entendimento e reflexão da acessibilidade para além do que é visível (deficiências ocultas) .	Ampliar o leque de possibilidades com pessoas que auxiliem e assistam durante a utilização do espaço Realizar ações, mesas de debates, seminários, a partir da intersecção entre acessibilidade e cultura, para garantir a inclusão de todas as pessoas com deficiências em ações que envolvam patrimônio cultural.
Dicotomia, conflito entre os conhecimentos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais com o conhecimento ocidental.	Reconhecimento da terra, trabalhar o território como inerente e interdependente aos povos indígenas.
As universidades e espaços de tomada de decisão não estão preparados para a recepção de indígenas, e outras comunidades.	Reconhecer os outros conhecimentos para que a gente reaprenda a respeitar e caminhar pelos territórios.
Diminuição de um saber através do termos utilizados, ocorrendo a	Modificação não do termo mas do significado da palavra “Artesão” a partir

desvalorização do saber ancestral (etimologia das palavras).	dos conhecimentos das tecnologias ancestrais.
	Formação a partir dos mecanismos e instrumentos de proteção, com linguajar simples, acessível e facilitado
	Promover ações que fomentem a produção de referências culturais junto a sociedade civil
	Qualificação de idosos e jovens do ensino médio para o guiamento em ações voltadas para o patrimônio cultural, ocorrendo não somente a inclusão mas a transmissão dos saberes.
	Realizar debates intergeracionais para que se diminua o desprezo da sociedade para com os saberes dos mais velhos promovendo a inclusão da “idosidade” como paradigma de vida.
Editais desconfigurados para mestres e mestras.	Necessário um processo de divulgação de quais são os patrimônios e o que faz ser reconhecido como mestres e mestras, para que possa garantir a participação dessas pessoas que realmente são os detentores.
	Audiovisual como ferramenta de registro e comunicação sobre o patrimônio cultural, para que os conhecimentos ancestrais e as produções orais possam ser evidenciadas e valorizadas.
Cultura afro-indígena não é trabalhada de forma efetiva nas escolas.	Construção de materiais didáticos para ensino fundamental, para garantir o fortalecimento da base no âmbito da educação patrimonial relativa a bens culturais afro-indígenas.
Necessidade de estrutura para manutenção da vida material de detentores, mestres, agentes culturais, fazedores de cultura. Exemplo de pagamento de mestres de forma que	

continue garantindo o acesso a benefícios e auxílios socioassistenciais.	
Discriminação e racismo com a cultura local, pois a sociedade não abraça o patrimônio como parte de sua identidade.	
Acessibilidade a internet e ferramentas de comunicação pelos povos indígenas, o que impede o acesso a editais de fomento e captação de recursos para execução de ações.	
Compreensão da diversidade etnolinguística para a formulação de execução de ações nos territórios e compreensão da população em geral dessa formação social.	
	Formulação de materiais didáticos com especificidades locais e regionais.
Desconsideração da literatura produzida no Acre, e desconhecimento dos autores locais não ocorrendo o diálogo entre os segmentos.	
Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	
Desafios	Oportunidades
Descentralizar não é a solução e sim de nacionalizar, pois descentralizar tira de um para dar a outro, enquanto o certo seria dividir de forma equitativa.	Potencializar a identificação e abraço de sua identidade.
A manifestação cultural sendo levada como um hobby.	Deve ocorrer uma interface com o turismo, para garantir o valor.
Falta de continuidade nas políticas culturais na mudança de gestão (apagamento de gestão)	
Formalização de uma estrutura intelectual para garantir o direito de utilização das suas próprias manifestações.	Associativismo e cooperativismo, garantir que a rede institua uma organização de todos esses entes que compõem.

O sentimento de pertencimento é perdido pela formação da sociedade.	Utilização de termos que reconheçam o pertencimento
Incluir os artistas no turismo patrimonial nos trabalhos que são fundamentais	
Enfrentamento dos bens particulares tombados, de propriedade privada, que pode causar o esvaziamento dos centros históricos.	Produção de um plano de negócio, para além dos incentivos fiscais, agregação de valor de outras formas para que o proprietário se interesse em manter o valor arquitetônico.
Apropriação da arte, e comercialização por parte de empresas, sem a consulta prévia à comunidade.	O comércio de artesanato indígena seja realizado pelos próprios indígenas. Apoio jurídico estatal nas negociações para garantir a proteção do saber.
Como pensar em sustentabilidade internamente para os grupos envolvidos no bem patrimonializado, sem que adoça a comunidade.	Trabalhar a perspectiva das redes de saúde, e garantir que as comunidades sejam assistidas. Garantir um fazer coletivo para que não seja apenas uma instituição a frente.
Equilíbrio entre os dois tópicos: Valores superestimados para a vivência com a disseminação da cultura na sociedade local.	Garantir o acesso para a população local. Avaliar como essa garantia ocorrerá sem influenciar diretamente a comunidade.
Como proteger acervos particulares antes que os detentores dos mesmos percam o interesse de mantê-los, ou até mesmo deixem para os sucessores	
	Potencializar o patrimônio cultural, em conjunto com o marco digital incluindo uma rede social
Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática	
Desafios	Oportunidades
	<p>Mapeamento de todos os sistemas agrícolas tradicionais para reconhecimento como patrimônio cultural material e imaterial, como por exemplo no vale do Juruá, e em outros locais como Guajará</p> <p>Garantir a segurança alimentar, conhecimento tradicional</p>

	agrobiodiversidade, conservação das variedades criolas, festividades e paisagens.
	Plano de conservação dinâmica para a valorização dos sistemas agrícolas tradicionais, além de valorizar essas comunidades envolvidas. Reconhecer a importância do papel das mulheres na manutenção da variedade das sementes crioulas. Roçado, capital cultural e conservação do material genético.
	“Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos”, livro Francisco Apurinã, traz a discussão sobre o licenciamento ambiental e a emergência climática.
Como mitigar essas ações antropomórficas. Os povos tradicionais são os primeiros a perceberem e vivenciarem as mudanças ambientais e climáticas.	
Burocratização do processo do licenciamento ambiental sem a consulta aos povos que vivem no território, sem reconhecer suas epistemologias, cosmovisão e organização social.	Sem incluir o licenciamento dos espíritos.
Marginalização de algumas comunidades que deveriam ser consultadas.	Ouvir quem está sofrendo com os impactos.
Relação entre saúde mental e emergência climática	
Espaços de memórias afetados pelas condições climáticas, e a região norte é extremamente afetada pois a arquitetura vernacular utiliza principalmente a madeira. Falta de recursos humanos e técnicos.	Como garantir que esses recursos cheguem à região norte. Garantir um olhar a mais para as especificidades regionais.

Como prosseguir na terra, sem destruí-la.	
Beneficiar quem atua da forma correta.	Criação de selos e rotas de sustentabilidade.
Falta dados a respeito dos festivais indígenas que ocorrem no território	Mapeamento dos festivais indígenas, e a partir desse mapeamento entender a situação, diagnosticar e potencializar com plano de negócio cada festival (Utilização da OIT 169)
	Não há como falar de justiça climática sem justiça territorial, é necessário fortalecer as cadeias produtivas da floresta.
	Educação financeira para proponentes de projetos que são voltados para a preservação e conservação.
Cidade com poucas espécies aborígenes, fruto da própria desorganização e ocupação urbana não planejada.	
	Perda de histórias de seres que protegem a floresta.
Permitir que essa natureza seja retirada, poluída e destruída.	A natureza deve ser tida como base para a existência humana e patrimonial.
Antes da realização de qualquer iniciativa que envolva o povo indígena, deve-se realizar consulta prévia junto à comunidade na aldeia a fim de garantir a preservação e a manutenção de seu patrimônio cultural.	Utilização OIT 169, com a forma, saber e olhar dos indígenas.
Preservação da diversidade linguística, está sendo perdida pois as pessoas fluentes estão morrendo e/ou sendo influenciadas por terceiros (religião).	
Os próprios indígenas são contratados para ensinar português e acaba caindo em desuso a língua materna.	Inserção de uma política onde o horário é dividido entre o ensino da língua

	portuguesa e a língua materna do povo indígena.
--	---